

MINUTA^{1 2}

PELA RECONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA GEOESTRATÉGICA – PELA DEFESA DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

A invasão da Federação Russa ao território ucraniano, quer por si só quer como a etapa mais drástica do conflito militar decorrente desde 2014, veio trazer a necessidade de, mais do que nunca, priorizarmos a política externa, a defesa do direito internacional e as relações com povos na defesa dos valores da democracia, do socialismo e do progressismo. Por outro lado, esta agressão militar veio trazer ao de cima a nossa hipocrisia na defesa dos ideais já referidos e de outros, como a defesa da paz e do desarmamento global, ou a oposição à guerra e ao militarismo. A hipocrisia de todos nós, cuja solidariedade varia em função das “barreiras geográficas de auto-preservação”. Isto materializa-se na criação de um cenário em que se defende sempre as forças do bem contra o mal, não necessariamente em nome da autodeterminação desse povo.

Há realidades nas quais o bem – entenda-se, a defesa total dos direitos humanos, do progressismo, de uma sociedade plenamente justa – não existe em nenhum dos dois (ou mais) lados. Por exemplo, ninguém duvida que a Organização para a Libertação da Palestina tem, no seu seio, fundamentalistas islâmicos, antissemitas e gente que não tem qualquer apreço pela democracia como nós a concebemos, ou que os curdos são uma ameaça à nossa concepção de Estado e de democracia representativa. Nada disso pode estar em causa, no entanto, quando vemos as ingerências militares do Estado de Israel em território palestino e mortes de civis palestinos às mãos das IDF, ou quando vemos as tentativas da Turquia – e, por extensão, da NATO – ou da Síria de sufocar o povo curdo.

O alinhamento moral de vários povos ou estados em questão é complexo, resultando de uma materialidade que é específica de região para região. Mas, sendo assim, a exacerbada sinalização da virtude do nosso modelo de desenvolvimento

¹ O preenchimento da Minuta não poderá ultrapassar duas páginas.

² A Moção de Resolução Política não poderá ultrapassar duas páginas, e deverá ser utilizado um tamanho de letra nunca inferior a 12.

social, económico e político, e a imposição do mesmo a todo o mundo, é também um exercício tóxico e a-histórico de imperialismo.

Neste sentido, propomos uma reconfiguração da nossa geoestratégia e das nossas relações externas, centrada no **direito à autodeterminação dos povos, defesa da paz e de um desarmamento a longo prazo.**

A Juventude Socialista,

- *Exige o reconhecimento, do Partido Socialista e do Governo, do Estado da Palestina, condenando a política racista e segregadora levada a cabo por Israel com o apoio dos Estados Unidos da América;*
- *Pugna pela defesa intransigente da soberania da Ucrânia e do seu povo, com o apoio político e material necessário, perante a agressão da Federação Russa;*
- *Propõe o reconhecimento, do Partido Socialista e do Governo, de Rojava e do Exército Zapatista como movimentos de libertação e de defesa da autodeterminação dos povos;*
- *Propõe a defesa, da parte do Partido Socialista e do Governo, do direito do povo catalão à sua autodeterminação, reconsiderando o alinhamento com a posição do PSOE. Propõe também o alinhamento com a defesa de um referendo justo e livre, de forma ao povo catalão decidir o seu destino;*
- *Condena as ingerências e intervenções militares levadas a cabo pelos EUA e outras superpotências no Médio Oriente e em África, bem como a constante agressão de Marrocos ao Sahara Ocidental, propondo ao Partido Socialista e ao Governo o alinhamento com esta posição;*
- *Propõe a reconsideração, a longo prazo e num cenário de paz e estabilidade mundial, da posição de Portugal na NATO, em nome 1) da oposição a blocos político-militares plasmada na nossa Constituição, 2) da possibilidade de alinhamentos diversos em nome dos ideais preconizados e também da cooperação entre todos os povos e 3) de situações concretas como a Turquia, membro da NATO, exigir o reconhecimento do PKK como organização terrorista;*
- *Pede ao Governo que reconsidere, a longo prazo, as nossas alianças diplomáticas com estados imperialistas e/ou agressores.*

Braga, 17 de dezembro de 2022